



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 7 – Nº 02

Fevereiro de 2006

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

Tabela 1 – Produção Industrial

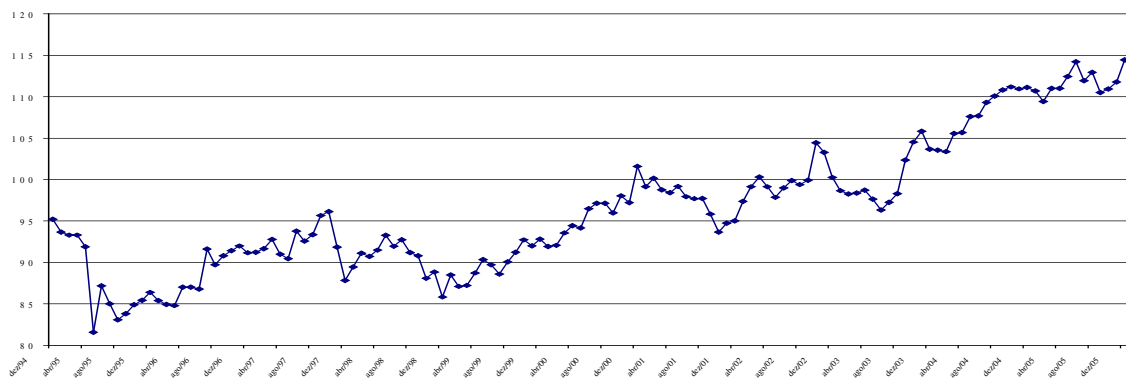
Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	7,6	
1995	Dez	86,4	-	1,8	
1996	Dez	91,2	-	1,7	
1997	Dez	87,8	-	3,9	
1998	Dez	85,8	-	-2,0	
1999	Dez	92,8	-	-0,7	
2000	Dez	101,6	-	6,6	
2001	Dez	95,0	-	1,6	
2002	Dez	100,3	-	2,7	
2003	Dez	103,7	-	0,0	
2004	Dez	111,1	-	8,3	
2005	Jan	110,7	6,9	-0,4	8,5
	Fev	109,4	5,8	-1,1	8,6
	Mar	111,0	5,1	1,4	7,6
	Abr	111,0	5,0	0,0	7,5
	Mai	112,4	4,5	1,3	7,2
	Jun	114,2	6,1	1,6	6,7
	Jul	111,9	2,4	-2,0	5,8
	Ago	112,9	2,6	0,9	5,0
	Set	110,5	-0,3	-2,2	4,4
	Out	110,9	-0,2	0,4	4,1
	Nov	111,8	0,8	0,8	3,5
	Dez	114,4	3,0	2,4	3,1
2006	Jan	113,0	2,1	-1,3	2,9

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial

(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
Jan	nd	nd	10,2	11,1	16,7
Fev	nd	nd	10,6	11,5	17,1
Mar	nd	nd	10,8	11,5	17,3
Abr	nd	nd	10,8	11,4	17,5
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,5
Jun	nd	nd	9,4	10,5	17,5
Jul	nd	nd	9,4	9,9	17,5
Ago	nd	nd	9,4	9,4	17,1
Set	nd	nd	9,6	9,7	16,9
Out	nd	nd	9,6	9,6	16,9
Nov	nd	nd	9,6	9,7	16,4
Dez	nd	nd	8,3	7,8	15,8
2006					
Jan	nd	nd	9,2	9,2	15,7

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em janeiro de 2006, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 9,2%, verificando-se uma alta de 0,9 pontos percentuais (p.p.) em relação a dezembro de 2005. Em São Paulo, a Taxa sofreu uma alta de 1,4 p.p. entre os meses de janeiro de 2006 (9,2%) e dezembro de 2005 (7,8%). Quando comparado com janeiro de 2005, foi registrada uma queda de 1,9 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo entre os meses de janeiro de 2006 (15,7%) e dezembro de 2005 (15,8%) de 2005 foi registrado uma queda de 0,1p.p.. A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior foi uma queda de 1,0 p.p.. Trata-se da menor taxa de desemprego para este mês desde 1997, quando alcançou 13,9%.

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

	Ocupados ²			Assalariados ³		
	Rendimento (em R\$)	Número	Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número	Índice ⁴
1995	Dez	1.583	77,4	1.497		69,9
1996	Dez	1.609	78,6	1.530		71,5
1997	Dez	1.513	73,9	1.549		72,4
1998	Dez	1.497	73,1	1.529		71,5
1999	Dez	1.399	68,4	1.411		65,9
2000	Dez	1.315	64,3	1.332		62,3
2001	Dez	1.180	57,7	1.218		56,9
2002	Dez	1.076	52,6	1.104		51,6
2003	Dez	1.108	54,1	1.144		53,5
2004	Dez	1.059	51,8	1.120		52,3
2005						
	Jan	1.042	50,9	1.101		51,4
	Fev	1.044	51,0	1.109		51,8
	Mar	1.043	51,0	1.115		52,1
	Abr	1.043	51,0	1.118		52,2
	Mai	1.039	50,8	1.124		52,5
	Jun	1.058	51,7	1.143		53,4
	Jul	1.076	52,6	1.162		54,3
	Ago	1.094	53,5	1.166		54,5
	Set	1.083	53,0	1.161		54,3
	Out	1.068	52,2	1.144		53,5
	Nov	1.074	52,5	1.156		54,0
	Dez	1.078	52,7	1.158		54,1

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB <i>per capita</i> (valores reais de 2003)	Taxa real de variação do PIB <i>per capita</i>	Índice do PIB <i>per capita</i>
1994	349,2	5,9	78,7	8.907,0	4,2	91,6
1995	646,2	4,2	82,0	9.140,4	2,6	94,0
1996	778,9	2,7	84,2	9.241,1	1,1	95,0
1997	870,7	3,3	86,9	9.400,2	1,7	96,6
1998	914,2	0,1	87,1	9.272,6	-1,4	95,3
1999	973,8	0,8	87,7	9.207,0	-0,7	94,6
2000	1.101,3	4,4	91,6	9.466,7	2,8	97,3
2001	1.198,7	1,3	92,8	9.450,7	-0,2	97,1
2002	1.346,0	1,9	94,6	9.492,5	0,4	97,6
2003	1.556,2	0,5	95,3	9.405,9	-0,9	96,7
2004 ¹	1.766,6	4,9	100,0	9.728,8	3,4	100,0

Fonte: IBGE.

1 – Resultados provisórios calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

													(em %)											
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005										2006	Últimos	
												Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	12 meses
IGP-DI (FGV)	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	0,4	1,0	0,5	-0,3	-0,5	-0,4	-0,8	-0,1	0,6	0,3	0,1	0,7	1,6
IGP-M (FGV)	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	0,3	0,9	0,9	-0,2	-0,4	-0,3	-0,7	-0,5	0,6	0,4	0,0	0,9	1,7
IPC-DI (FGV)	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	0,4	0,7	0,9	0,8	-0,1	0,1	-0,4	0,1	0,4	0,6	0,5	0,7	4,7
IPA-DI (FGV)	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	0,4	1,1	0,3	-1,0	-0,8	-0,7	-1,0	-0,3	0,8	0,2	-0,1	0,8	-0,2
IPA-Agro (FGV)	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	1,3	3,6	-1,6	-2,8	-1,0	-1,6	-2,5	-3,2	0,8	0,6	0,6	0,6	-5,1
IPA-Ind (FGV)	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	0,1	0,3	1,0	-0,4	-0,7	-0,4	-0,6	0,7	0,8	0,1	-0,4	0,9	1,4
INPC (IBGE)	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	0,4	0,7	0,9	0,7	-0,1	0,0	0,0	0,2	0,6	0,5	0,4	0,4	4,8
IPCA (IBGE)	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	0,6	0,6	0,9	0,5	0,0	0,3	0,2	0,4	0,8	0,6	0,4	0,6	5,7
IPC-SP (FIPE)	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	0,4	0,8	0,8	0,4	-0,2	0,3	-0,2	0,4	0,6	0,3	0,3	0,5	4,5
ICV (Dieese)	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	0,3	0,8	0,5	0,4	-0,2	-0,2	0,0	0,7	0,6	0,4	0,2	0,7	4,3

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.
nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que os índices de preços, IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna), IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) e IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna), sofreram uma alta em suas taxas de variação. O IPA-DI variou de -0,1%, em dezembro, para 0,8%, em janeiro. O IGP-DI registrou 0,1% em dezembro e 0,7%, em janeiro. Já o IPC-DI variou de 0,5%, em dezembro, para 0,7%, em janeiro.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do mês de janeiro teve variação de 0,6%. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) teve variação de 0,4% em janeiro.

Em dezembro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) apresentou alta de 0,7%. A taxa é 0,5 p.p. superior à apurada em dezembro de 2005, que chegou a 0,2%.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	208,5	30,6	269,2	33,3	308,4	34,4	385,9	41,7	516,6	48,7	563,2	48,8	660,9	52,6	881,1	55,5	913,1	57,2	957,0	51,7	1.002,5	51,6	1.014,4	51,6
1.1 Governo federal e Bacen	90,4	13,3	128,4	15,9	167,7	18,7	231,3	25,0	316,2	29,8	353,0	30,6	411,8	32,8	560,8	35,3	578,7	36,3	601,5	32,5	664,2	34,2	674,4	34,3
1.2 Governos estaduais ²	72,5	10,6	93,3	11,5	115,9	12,9	113,2	12,2	147,9	13,9	161,2	14,0	203,4	16,2	258,0	16,3	278,0	17,4	306,0	16,5	305,7	15,8	304,4	15,5
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,7	1,9	22,9	2,2	24,1	2,1	26,2	2,1	35,0	2,2	38,7	2,4	45,1	2,4	44,3	2,3	44,1	2,2
1.4 Empresas Estatais	45,6	6,7	47,4	5,9	24,8	2,8	23,7	2,6	29,6	2,8	24,9	2,2	19,5	1,6	27,3	1,7	17,7	1,1	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-8,4	-0,4
2 Dívida interna líquida	170,3	25,0	237,6	29,4	269,8	30,1	328,7	35,5	407,8	38,4	451,8	39,2	530,0	42,2	654,3	41,2	726,7	45,5	818,1	44,2	952,2	49,1	976,2	49,7
2.1 Governo federal e Bacen	66,7	9,8	115,7	14,3	150,3	16,7	192,5	20,8	233,1	22,0	267,6	23,2	308,5	24,6	363,2	22,9	418,5	26,2	476,4	25,7	617,4	31,8	639,2	32,5
2.2 Governos estaduais ²	70,2	10,3	90,3	11,2	111,6	12,4	107,7	11,6	139,4	13,1	151,6	13,1	192,2	15,3	239,6	15,1	261,6	16,4	290,0	15,7	292,7	15,1	292,0	14,9
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,1	1,9	22,0	2,1	22,7	2,0	24,4	1,9	32,1	2,0	36,1	2,3	42,4	2,3	42,2	2,2	42,1	2,1
2.4 Empresas Estatais	33,4	4,9	31,5	3,9	8,0	0,9	11,5	1,2	13,4	1,3	10,0	0,9	5,0	0,4	19,4	1,2	10,5	0,7	9,3	0,5	-0,2	0,0	2,9	0,2
3. Dívida externa líquida	38,1	5,6	31,6	3,9	38,6	4,3	57,2	6,2	108,8	10,3	111,3	9,6	130,8	10,4	226,8	14,3	186,5	11,7	138,9	7,5	50,3	2,6	38,2	1,9
3.1 Governo federal e Bacen ³	23,7	3,5	12,7	1,6	17,5	2,0	38,8	4,2	83,2	7,8	85,4	7,4	103,3	8,2	197,6	12,5	160,3	10,0	125,1	6,8	46,8	2,4	35,2	1,8
3.2 Governos estaduais ²	2,3	0,3	3,0	0,4	4,3	0,5	5,5	0,6	8,5	0,8	9,6	0,8	11,3	0,9	18,4	1,2	16,4	1,0	16,0	0,9	13,0	0,7	12,3	0,6
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	2,0	0,1
3.4 Empresas Estatais	12,2	1,8	15,9	2,0	16,8	1,9	12,2	1,3	16,2	1,5	14,9	1,3	14,6	1,2	7,9	0,5	7,1	0,5	-4,8	-0,3	-11,6	-0,6	-11,3	-0,6

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou janeiro de 2006 em R\$ 1.014,4 bilhões, o que representou 51,6% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

(Últimos 12 meses - R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		Até janeiro 2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Nominal ²	47,0	7,3	45,7	5,9	53,2	6,1	72,5	7,9	96,2	10,0	49,3	4,5	72,1	5,2	138,3	10,3	56,3	3,6	43,8	2,5	59,1	3,1	72,0	3,7
1.1 Governo federal e Bacen ³	15,4	2,4	19,9	2,6	22,9	2,6	49,4	5,4	66,2	6,9	34,5	3,1	44,5	3,7	86,7	6,4	39,4	2,5	23,7	1,3	68,7	3,6	79,4	4,1
1.2 Governos estaduais ⁵	23,1	3,6	21,1	2,7	26,4	3,0	16,4	1,8	26,1	2,7	20,0	1,8	23,1	1,9	43,8	3,3	22,9	1,5	27,5	1,6	4,8	0,3	4,8	0,3
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,5	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,6	4,1	0,3	6,5	0,4	0,7	0,0	1,2	0,1
1.4 Empresas Estatais	8,6	1,3	4,7	0,6	3,9	0,5	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,6	0,1	0,0	-10,1	-0,7	-13,9	-0,8	-15,1	-0,8	-13,4	-0,7
2. Juros nominais ²	48,8	7,5	45,0	5,8	44,9	5,2	72,6	7,9	127,2	13,2	87,4	7,9	105,6	8,8	190,7	14,2	122,5	7,9	124,9	7,1	152,6	7,9	157,2	8,1
2.1 Governo federal e Bacen ³	18,7	2,9	22,9	2,9	20,5	2,4	54,4	6,0	88,9	9,2	54,9	5,0	66,4	5,5	118,6	8,8	78,2	5,0	76,1	4,3	124,5	6,4	130,0	6,7
2.2 Governos estaduais ⁵	21,9	3,4	16,8	2,2	19,9	2,3	12,7	1,4	27,7	2,9	24,5	2,2	30,3	2,5	52,4	3,9	34,9	2,2	43,6	2,5	21,9	1,1	22,0	1,1
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,4	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,5	4,8	0,3	4,6	0,2
2.4 Empresas Estatais	8,1	1,3	5,3	0,7	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,6	3,6	0,3	4,5	0,4	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,2	1,4	0,1	0,6	0,0
3. Primário ⁴	-1,7	-0,3	0,7	0,1	8,3	1,0	-0,1	0,0	-31,1	-3,2	-38,2	-3,5	-33,6	-3,6	-52,4	-3,9	-66,2	-4,3	-81,1	-4,6	-93,5	-4,8	-85,2	-4,4
3.1 Governo federal e Bacen ³	-3,3	-0,5	-2,9	-0,4	2,4	0,3	-5,0	-0,6	-22,7	-2,4	-20,4	-1,9	-22,0	-1,8	-31,9	-2,4	-38,7	-2,5	-52,4	-3,0	-55,7	-2,9	-50,5	-2,6
3.2 Governos estaduais ⁵	1,2	0,2	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,8	-16,1	-0,9	-17,2	-0,9	-17,2	-0,9
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,2	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,5	-0,2
3.4 Empresas Estatais	0,5	0,1	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,4	-6,3	-0,7	-11,7	-1,1	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,9	-11,2	-0,6	-16,4	-0,9	-14,0	-0,7

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em janeiro, foi de R\$ 72,0 bilhões, o que representou 3,7% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2006 até fevereiro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	164.005	0	27.493	0	24	527	2.380	194.429
Alagoas	199.438	0	17.854	0	964	4.606	4.857	227.720
Amazonas	133.774	2	20.825	0	8.246	6.065	4.857	173.769
Amapá	163.574	30	30.233	0	22	2.079	2.044	197.982
Bahia	450.461	0	42.986	0	17.500	13.422	22.090	546.459
Ceará	351.736	1	18.712	0	2.911	5.919	11.995	391.274
Distrito Federal	33.089	0	9.973	0	124	2.431	6.002	51.618
Espírito Santo	71.911	0	13.896	0	11.671	20.391	6.762	124.632
Goiás	136.300	0	34.401	0	2.485	6.197	16.162	195.546
Maranhão	346.046	1	23.498	0	2.971	8.867	10.346	391.728
Minas Gerais	213.552	0	109.981	0	31.629	35.673	36.880	427.714
Mato Grosso do Sul	63.857	0	14.076	0	2.026	4.720	8.477	93.156
Mato Grosso	110.642	28	23.475	0	2.623	15.472	10.371	162.611
Pará	293.014	67	25.578	0	11.852	26.132	9.742	366.383
Paraíba	229.583	0	32.872	0	974	2.338	6.401	272.168
Pernambuco	330.801	0	42.981	0	1.840	4.450	11.348	391.420
Piauí	207.171	0	17.457	0	125	1.816	6.574	233.143
Paraná	138.223	0	57.361	0	30.605	32.336	24.552	283.077
Rio de Janeiro	73.239	11	15.683	0	29.456	15.554	16.941	150.883
Rio Grande do Norte	200.292	0	26.833	0	1.420	3.100	6.771	238.416
Rondônia	134.982	10	20.739	0	406	1.883	4.120	162.140
Roraima	118.927	1	26.507	0	16	387	2.376	148.213
Rio Grande do Sul	112.891	0	57.039	0	38.332	30.870	21.520	260.652
Santa Catarina	61.355	0	32.349	0	23.425	16.825	12.898	146.852
Sergipe	199.208	0	22.316	0	196	883	4.141	226.744
São Paulo	47.941	0	102.104	0	55.472	72.034	59.308	336.859
Tocantins	208.063	0	35.960	0	46	1.058	6.518	251.646
Total	4.794.072	149	903.184	0	277.362	336.035	336.432	6.647.234

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2006 até fevereiro - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	
Acre	31.103	0	16.426	0	8	22	176	793	48.527
Alagoas	120.329	0	54.362	0	321	78	1.535	1.619	178.244
Amazonas	71.490	4	27.487	0	2.749	41	2.022	1.619	105.411
Amapá	17.853	71	10.606	0	7	23	693	681	29.934
Bahia	445.141	0	163.070	0	5.833	457	4.474	7.363	626.339
Ceará	252.037	2	117.923	0	970	89	1.973	3.998	376.993
Distrito Federal	11.081	0	0	0	41	41	0	0	11.163
Espírito Santo	88.505	0	25.201	0	3.890	76	6.797	2.254	126.723
Goiás	183.043	0	38.109	0	828	1.085	2.066	5.387	230.518
Maranhão	216.909	2	103.965	0	990	179	2.956	3.449	328.450
Minas Gerais	656.130	0	93.865	0	10.543	1.379	11.891	12.293	786.101
Mato Grosso do Sul	74.034	0	17.478	0	675	2.021	1.573	2.826	98.607
Mato Grosso	92.775	64	22.980	0	874	1.312	5.157	3.457	126.621
Pará	179.722	155	83.857	0	3.951	362	8.711	3.247	280.005
Paraíba	158.138	0	54.640	0	325	47	779	2.134	216.063
Pernambuco	243.287	0	86.697	0	613	133	1.483	3.783	335.997
Piauí	131.463	0	58.790	0	42	106	605	2.191	193.197
Paraná	340.154	0	58.153	0	10.202	1.743	10.779	8.184	429.214
Rio de Janeiro	146.071	25	41.229	0	9.819	185	5.185	5.647	208.161
Rio Grande do Norte	123.056	0	46.305	0	473	45	1.033	2.257	173.170
Rondônia	47.679	22	20.475	0	135	89	628	1.373	70.401
Roraima	31.054	2	7.253	0	5	21	129	792	39.255
Rio Grande do Sul	334.360	0	53.344	0	12.777	1.542	10.290	7.173	419.488
Santa Catarina	194.515	0	31.245	0	7.808	231	5.608	4.299	243.706
Sergipe	69.700	0	38.256	0	65	46	294	1.380	109.742
São Paulo	675.796	1	72.274	0	18.491	2.042	24.011	19.769	812.385
Tocantins	83.521	0	29.677	0	15	262	353	2.173	116.002
Total	5.018.946	349	1.373.667	0	92.454	13.657	111.201	110.144	6.720.417

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	191,8
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	293,5
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	436,0
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	588,2
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	733,0
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	782,6
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	886,6
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	956,9
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	865,1
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	912,0
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	886,7
2005				
Jan	882,4	13,4	895,8	910,3
Fev	899,1	13,5	912,5	923,7
Mar	917,8	14,0	931,8	933,9
Abr	918,5	12,7	931,2	928,6
Mai	925,3	12,1	937,4	937,1
Jun	939,7	11,9	951,6	955,6
Jul	952,4	12,0	964,3	972,3
Ago	965,8	12,0	977,8	993,7
Set	977,2	11,4	988,6	1.006,0
Out	993,9	9,8	1.003,7	1.015,0
Nov	1.005,1	6,3	1.011,4	1.019,4
Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.024,1
2006				
Jan	1.049,9	6,5	1.056,4	1.056,4

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003 ¹	2004 ¹					2005 ¹		
						Jun	Jul	Ago	Set	Dez	Mar	Jun	Set
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	185,7	183,5	182,6	183,6	182,6	181,5	174,6	166,7
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	113,9	113,7	114,0	114,0	114,7	114,9	110,0	104,1
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	71,8	69,9	68,6	69,5	67,9	66,6	64,6	62,6
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	19,8	19,4	20,7	18,6	18,7	20,5	16,8	16,4
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	19,8	19,4	20,7	18,6	18,7	20,5	16,7	16,4
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	205,6	203,0	203,4	202,2	201,4	201,9	191,3	183,2
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	113,9	113,7	114,0	114,1	114,7	114,9	110,0	104,1
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	91,6	89,3	89,4	88,1	86,7	87,0	81,3	79,0

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

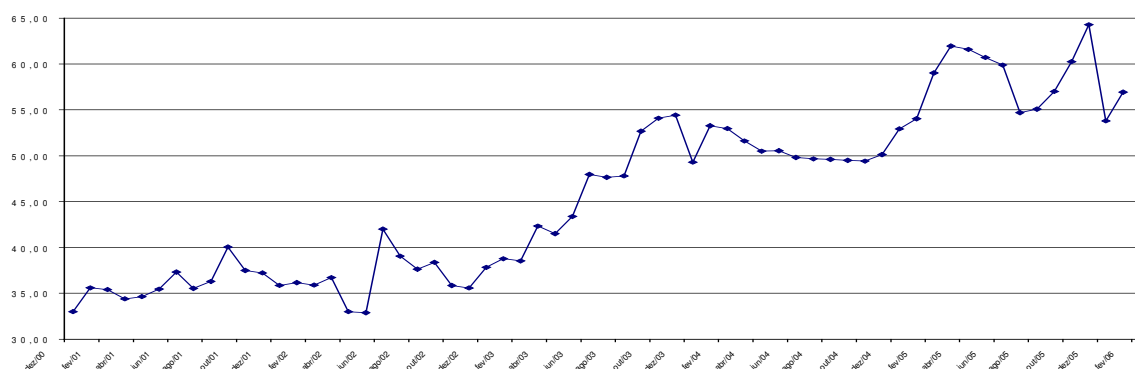
		(US\$ bilhões)
1995	Dez	51,8
1996	Dez	60,1
1997	Dez	52,2
1998	Dez	44,6
1999	Dez	36,3
2000	Dez	33,0
2001	Dez	35,9
2002	Dez	37,8
2003	Dez	49,3
2004	Dez	52,9
2005		
	Fev	59,0
	Mar	62,0
	Abr	61,6
	Mai	60,7
	Jun	59,9
	Jul	54,7
	Ago	55,1
	Set	57,0
	Out	60,2
	Nov	64,3
	Dez	53,8
2006		
	Jan	56,9
	Fev	57,4

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005		
Fev	2,60	3,43
Mar	2,67	3,46
Abr	2,53	3,26
Mai	2,40	2,96
Jun	2,35	2,85
Jul	2,39	2,90
Ago	2,36	2,91
Set	2,22	2,67
Out	2,25	2,70
Nov	2,21	2,60
Dez	2,34	2,77
2006		
Jan	2,22	2,70
Fev	2,14	2,54

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em fevereiro de 2006 sua cotação em R\$ 2,14. Com isso, verificou-se uma queda de 3,6% em relação ao mês anterior.

Comparando fevereiro de 2006 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 17,7%.

Apesar das tentativas do governo de aumentar a oferta interna de dólares, por meio de leilões de venda, o mercado tem mantido, até o momento, uma tendência de valorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana e até mesmo frente à moeda da União Européia.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,6	10.427,0	1,5	3.396,6	0,5
1996	-23.502,0	-3,0	12.388,7	1,6	3.726,6	0,5
1997	-30.452,4	-3,8	13.499,8	1,7	6.181,1	0,8
1998	-33.415,9	-4,2	15.321,0	1,9	7.163,0	0,9
1999	-25.334,8	-4,7	17.100,4	3,2	5.514,9	1,0
2000	-24.224,4	-4,0	17.095,7	2,8	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,6	17.621,2	3,5	5.226,2	1,0
2002	-7.636,8	-1,7	15.275,0	3,3	6.020,0	1,3
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	3,0	6.403,2	1,3
2004	11.711,1	1,9	15.289,0	2,5	8.257,3	1,4
2005						
Jan – Dez	14.199,4	1,8	15.713,1	2,0	13.337,2	1,7
Jan	802,3	1,3	1.161,4	1,9	391,3	0,6
Fev	129,9	0,2	1.360,1	2,2	1.390,0	2,3
Mar	1.730,1	2,6	969,3	1,5	783,0	1,2
Abr	715,5	1,1	1.772,9	2,7	1.291,9	2,0
Mai	597,1	0,9	1.141,9	1,7	1.550,5	2,3
Jun	1.274,5	1,9	1.233,0	1,8	1.061,4	1,6
Jul	2.566,6	3,9	1.561,5	2,4	696,3	1,1
Ago	806,2	1,2	1.465,5	2,1	1.093,9	1,6
Set	2.393,1	3,5	1.155,1	1,7	742,8	1,1
Out	880,4	1,3	1.533,6	2,3	1.259,1	1,9
Nov	1.733,9	2,6	1.144,1	1,7	783,6	1,2
Dez	569,8	0,9	1.214,7	1,8	2.293,4	3,4
2006						
Jan	-452,3	-0,7	1.771,2	2,7	1.562,2	2,4

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro de 2006 alcançou R\$ 1,8 bilhões, ou seja, 52,5% a mais que no mesmo período de 2005. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$1,6 bilhões em janeiro de 2006, contra R\$ 0,4 bilhões no mesmo período de 2005, ou seja, um salto de 299,2%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005								
Jan	7,4	98,1	211,0	5,3	63,9	127,8	2,2	34,2
Fev	7,8	100,2	215,4	5,0	65,1	130,3	2,8	35,1
Mar	9,3	101,5	218,2	5,9	65,7	131,4	3,3	35,8
Abr	9,2	104,1	223,8	5,3	66,4	132,8	3,9	37,7
Mai	9,8	106,0	227,9	6,4	67,9	135,9	3,5	38,1
Jun	10,2	106,8	229,7	6,2	68,5	137,2	4,0	38,3
Jul	11,1	108,9	234,2	6,1	69,1	138,2	5,0	39,8
Ago	11,3	111,2	239,1	7,7	71,1	142,3	3,7	40,1
Set	10,6	112,9	242,8	6,3	71,7	143,5	4,3	41,2
Out	9,9	114,0	245,1	6,2	72,1	144,2	3,7	41,9
Nov	10,8	116,6	250,7	6,7	72,7	145,5	4,1	43,9
Dez	10,9	118,3	254,4	6,6	73,6	147,2	4,3	44,8
2006								
Jan ²	9,3	120,1	258,3	6,4	74,7	149,5	2,8	45,4
Fev ²	8,8	121,1	260,5	5,9	75,7	151,4	2,8	45,5

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

2 – Dados preliminares

As exportações, em fevereiro de 2006, totalizaram US\$ 8,8 bilhões, uma cifra recorde histórica no comércio exterior brasileiro para o referido mês. Sobre fevereiro de 2005, as exportações cresceram 12,8%.

As importações somaram US\$ 5,9 bilhões. Sobre mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 19,0%.

O saldo de fevereiro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 2,8 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 100 bilhões desde o último mês de fevereiro de 2005.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	(em %)			
	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,4	16,5	27,6	nd
1997	24,8	16,1	25,2	nd
1998	28,8	26,6	29,5	nd
1999	25,6	4,7	26,3	nd
2000	17,4	7,0	17,6	nd
2001	17,3	6,3	17,5	nd
2002	19,2	-5,7	19,1	nd
2003	23,3	13,7	23,4	nd
2004	16,2	3,7	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,2	nd
Jan	1,4	1,0	17,9	18,25
Fev	1,2	0,8	18,5	18,25
Mar	1,5	0,5	19,0	19,25
Abr	1,4	0,9	19,3	19,50
Mai	1,5	1,8	19,6	19,75
Jun	1,6	2,0	19,7	19,75
Jul	1,5	1,9	19,7	19,75
Ago	1,7	2,5	19,7	19,75
Set	1,5	1,6	19,6	19,50
Out	1,4	0,8	19,3	19,00
Nov	1,4	1,0	18,9	18,50
Dez	1,5	1,4	18,2	18,00
2006				
Jan	1,4	0,7	17,7	17,25
Fev	1,2	nd	17,3	17,25

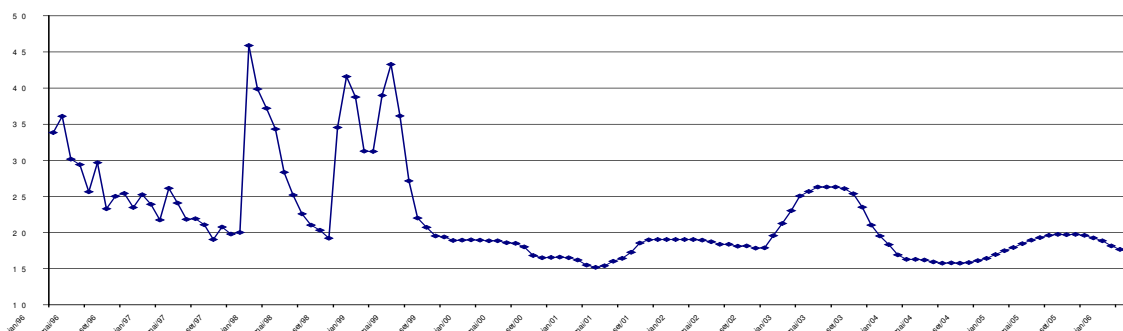
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral
1995	171,1	nd	nd
1996	112,2	nd	nd
1997	81,7	nd	nd
1998	94,4	nd	nd
1999	87,2	nd	nd
2000	56,9	12,0	27,2
2001	48,9	11,8	27,0
2002	51,4	14,5	30,0
2003	55,6	14,7	31,9
2004	43,9	13,0	27,2
2005			
Jan	45,2	13,9	28,6
Fev	45,4	13,6	28,7
Mar	45,3	13,7	28,8
Abr	45,4	13,7	29,0
Mai	46,8	13,8	29,9
Jun	46,3	13,6	29,8
Jul	43,0	13,4	28,2
Ago	42,8	13,7	28,5
Set	44,0	14,0	29,5
Out	43,9	14,5	29,8
Nov	43,3	14,2	29,4
Dez	42,7	14,0	28,8
2006			
Jan	43,6	14,5	29,6

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	Nd	157,8	28,3	186,0	36,4
1995 Dez	nd	Nd	202,0	35,5	237,5	34,8
1996 Dez	nd	Nd	206,2	44,8	251,1	31,0
1997 Dez	nd	Nd	233,5	24,4	257,9	28,7
1998 Dez	nd	Nd	253,9	20,9	274,7	29,7
1999 Dez	nd	Nd	268,3	17,5	285,8	26,9
2000 Dez	140,8	167,7	308,4	12,6	321,0	27,8
2001 Dez	118,2	205,6	323,8	9,8	333,7	26,6
2002 Dez	144,1	221,9	366,0	13,5	379,5	23,9
2003 Dez	163,2	233,2	396,4	15,0	411,4	25,8
2004						
Nov	174,1	286,1	460,1	19,4	479,6	26,1
Dez	180,4	285,4	465,8	19,2	485,0	26,2
2005						
Jan	180,8	291,9	472,8	19,1	491,9	26,4
Fev	179,3	299,8	479,1	19,1	498,2	26,6
Mar	179,6	306,7	486,2	19,6	505,8	26,8
Abr	179,7	315,7	495,4	19,5	514,9	27,3
Mai	180,3	318,7	499,0	19,4	518,4	27,5
Jun	182,2	323,8	506,0	19,6	525,6	27,9
Jul	183,1	329,9	513,0	20,0	533,0	28,4
Ago	185,4	336,3	521,7	20,1	541,8	28,9
Set	185,4	342,6	528,0	20,1	548,1	28,9

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.

O Banco Central informa que as séries acima estão temporariamente indisponíveis, em função de revisão de dados.